



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
PORTARIA G.P. Nº 481/08 São Luís, 23 de setembro de 2008.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E

Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão, do **Anexo I – Demonstrativo da Despesa Com Pessoal**, parte integrante do **Relatório de Gestão Fiscal** de que trata os artigos 54 e 55, inciso I, alínea “a” – anexo I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao período de **setembro/2007 a agosto/2008**, na forma do quadro anexo.

Dê-se ciência.

Publique-se no Boletim Interno Eletrônico.

GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	107.754	0	107.754
Pessoal Ativo	99.664	0	99.664
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	21.314		21.314
Demais Despesas com Pessoal Ativo	78.350		78.350
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.090		8.090
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (Art. 19, §1º da LRF) (II)	30.793	0	30.793
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	21.314		21.314
Despesas de Exercícios Anteriores	1.454		1.454
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.025		8.025
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	76.961	0	76.961
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			445.106.323
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,017290%	0,000000%	0,017290%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,026353%		117.299
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,025035%		111.434

FONTE: SIAFI -CONOR

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- 2) As Sentenças de Pequeno Valor (SPV) totalizaram R\$ 8.024 mil e os Precatórios da Administração Direta totalizaram R\$ 13.290 mil.
- 3) Foram recebidos destaques para pagamento de Precatórios da Administração Indireta no montante de R\$ 17.398 mil.

Gerson de Oliveira Costa Filho
 Desembargador Presidente
 Domingos Carlos dos Santos Neto
 Diretor Geral
 Flávia Regina Rêgo Cordeiro
 Diretora de Orçamento e Finanças
 Celson de Jesus Moreira Costa
 Chefe do Serviço de Controle Interno
 Mauro Fabrício Soares Pereira
 Chefe do Setor de Contabilidade Analítica